DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-2818/2015**
PROCESSO	:	**N.º TC/4707/2014**
PROTOCOLO	:	**N.º 1466120**
ÓRGÃO	:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE**
RESPONSÁVEL	:	**RICARDO TREFZGER BALLOCK**
ASSUNTO	:	**CONCESSÃO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA**
INTERESSADO	:	**MARIA AUXILIADORA CASTELLO BRANCO NAVARRO**
RELATOR	:	**RONALDO CHADID**

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. CONCESSÃO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO.

Examina-se a aposentadoria voluntária concedida a **Maria Auxiliadora Castello Branco Navarro**, nascida em 07/06/1957, ocupante do cargo de Odontóloga, classe F, nível XV, da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, para fins de **registro.**

De posse do caderno processual, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a análise conclusiva nº ANC-7ICE- 8007/2014 (f. 74), favorável ao registro da aposentadoria, por constatar: ***1-*** *a tempestividade da remessa dos documentos que compõem os autos atendendo ao estabelecido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012;* ***2-*** *elementos constitutivos estão em consonância com o exigido no Anexo I, Capitulo II, Seção II, Item 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012;* ***3-*** *regularidade do tempo de contribuição;* ***4-*** *previsão nos artigos 6º e 7º da EC 41/03 e 2º da EC 47/05, bem como art. 24, I, "c" e 65 e 67 da Lei Complementar Municipal 191/11, a qual foi concedida através do Decreto "PE" nº 2194, publicado no Dio Grande 3916 de 18/12/2013;* ***5-*** *proventos a perceber na inatividade foram fixados integrais e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.*

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que exarou o Parecer nº 3178/2015 (f. 77), opinando pelo registro da presente aposentadoria.

É o relatório.

Das razões de decidir:

GAB. CONS. RONALDO CHADID

Ao compulsar os autos referentes à aposentadoria voluntária, verifico que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, assim como ao Ministério Público de Contas, pois os documentos que os integram atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

No caso foram observadas as exigências da Constituição Federal e da Lei Complementar Municipal 191/11, conforme Decreto "PE" nº 2194, publicado no D.O. nº 3916 de 18/12/2013, concedendo o benefício.

Os proventos da aposentadoria foram demonstrados na apostila de proventos, acostada à f. 73 e foram fixados integrais com reajuste por paridade.

Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e decido pelo **REGISTRO** da aposentadoria voluntária concedida a *Maria Auxiliadora Castello Branco Navarro*, nos termos dos artigos 6º e 7º da EC 41/03 e 2º da EC 47/05, bem como art. 24, I, "c" e 65 e 67 da Lei Complementar Municipal 191/11.

É a decisão.
Publique-se.
Campo Grande, 28 de abril de 2015.

Cons. Ronaldo Chadid
Relator

RSB